

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FILIFE DE SOUZA MACIEL

**ANÁLISE DO PERFIL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS
EMPRESAS DO SETOR DE SAÚDE, SEGMENTO MEDICAMENTOS E OUTROS
PRODUTOS LISTADAS NA B3 S.A. (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)**

CAXIAS DO SUL

2017

FILIPPE DE SOUZA MACIEL

**ANÁLISE DO PERFIL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS
EMPRESAS DO SETOR DE SAÚDE, SEGMENTO MEDICAMENTOS E OUTROS
PRODUTOS LISTADAS NA B3 S.A. (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Eduardo
Tomedi Leites
Orientador TCC II: Prof. Dra. Marlei Salete
Mecca

CAXIAS DO SUL

2017

FILIFE DE SOUZA MACIEL

**ANÁLISE DO PERFIL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS
EMPRESAS DO SETOR DE SAÚDE, SEGMENTO MEDICAMENTOS E OUTROS
PRODUTOS LISTADAS NA B3 S.A. (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Eduardo
Tomedi Leites
Orientador TCC II: Prof. Dra. Marlei Salete
Mecca

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Dra. Marlei Salete Mecca
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Dr. Alex Eckert
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Maria Salete Denicol
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico a todos vocês, que sempre estiveram ao meu lado me incentivando, em especial ao meu pai e meus irmãos e a todas as pessoas que de alguma forma me inspiraram e que contribuíram para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Dra. Marlei Salete Mecca, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial meu pai e minha mãe (em memória) que contribuíram para a formação de minha personalidade e me deram forças e motivação para realizar meus sonhos. Agradeço de forma especial aos meus irmãos e irmã pelo amor, carinho e compreensão dedicados a mim e que me fortaleceram nos momentos mais difíceis. Aos amigos pela compreensão e apoio incondicional para a realização de mais um objetivo fundamental em minha vida e aos colegas de curso com os quais convivi esses anos pela paciência e dedicação.

“Se fosse fácil achar o caminho das pedras, tantas pedras no caminho, não seria ruim.”

Humberto Gessinger

RESUMO

A demonstração do valor adicionado (DVA) é a demonstração contábil que evidencia como a riqueza da entidade foi gerada e como foi distribuída entre os agentes econômicos que a compõe, sendo obrigatória a sua divulgação para empresas de capital aberto, a partir de 2008. O presente estudo busca responder a seguinte questão: Como é distribuído o valor adicionado das empresas do setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos listadas na B3 com base nas Demonstrações do Valor Adicionado no período de 2011 a 2016? Se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem quantitativa e qualitativa e análise descritiva. O estudo é limitado a seis empresas (Brasil Pharma S.A., Cremer S.A., Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, Nortec Química S.A., Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e Raia Drogasil S.A) que divulgaram os dados no site da B3 em todos os anos do período proposto. As comparações foram realizadas primeiramente por agente econômico (empregados, governos, capital de terceiros e acionistas) e posteriormente comparadas as empresas entre si, segregando-as por ramo de atividade (industrial e comercial) e comparando com o Produto Interno Bruto brasileiro do período. O estudo demonstrou que não há um perfil padrão entre as empresas com oscilações de um ano para o outro. Em relação aos resultados, as empresas Brasil Pharma S.A. e Cremer S.A. apresentam maior média de destinação para empregados, enquanto as demais empresas destinam a maior parcela de sua riqueza para governos. Apenas a empresa Nortec Química S.A. destina o menor percentual de sua riqueza para capital de terceiros, as demais destinam a menor média para acionistas. A pesquisa realizada busca contribuir com estudos sobre a DVA apresentando-se como um instrumento para análise e comparação da distribuição da riqueza gerada com outros setores da economia.

Palavras-chave: Contabilidade. Demonstração do valor adicionado. Indicadores. Setor de saúde. Valor adicionado a distribuir.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Performance do PIB.....	40
------------------------------------	----

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo de Balanço Patrimonial.....	22
Quadro 2 - Modelo de Demonstração do Resultado do Exercício.....	24
Quadro 3 - Modelo de Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	25
Quadro 4 - Modelo de Demonstração do Resultado Abrangente.....	26
Quadro 5 – Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto	28
Quadro 6 – Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto.....	29
Quadro 7 – Modelo de Demonstração do Valor Adicionado	32
Quadro 8 – Indicadores para análise da DVA	39
Quadro 9 - Empresas da amostra	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - P.E.V.A. (em percentual).....	46
Tabela 2 – P.G.V.A. (em percentual)	48
Tabela 3 – P.T.V.A. (em percentual)	49
Tabela 4 – P.A.V.A. (em percentual).....	50
Tabela 5 – Resultados dos indicadores por empresa (em percentual)	52
Tabela 6 - Análise horizontal do valor adicionado total	55
Tabela 7 - Performance do conjunto de agentes em relação ao comportamento do VAT	56

LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS

% –	por cento
AH –	Análise Horizontal
Art. -	Artigo
AT -	Ativo total
AV -	Análise Vertical
B3 -	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BP -	Balanço Patrimonial
CETIP -	Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos
CFC -	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS -	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPC -	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL -	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM -	Comissão de Valores Mobiliários
DFC -	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL -	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRA -	Demonstração do Resultado Abrangente
DRE -	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA -	Demonstração do Valor Adicionado
FASB -	Financial Accounting Standards Board
FGTS -	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IASC -	International Accounting Standards Committee
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS -	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFRS -	International Financial Reporting Standards
IOF -	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI -	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU -	Imposto Predial Territorial Urbano
IPVA -	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRPJ -	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
ISS -	Imposto Sobre Serviços
Ltda -	Limitada

Nº -	Número
NBC T -	Norma Brasileira de Contabilidade - Técnica
NBC TG -	Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Geral
NE -	Notas Explicativas
ONU -	Organização das Nações Unidas
P.A.V.A. -	Participação de acionistas no valor adicionado
P.E.V.A. -	Participação de empregados no valor adicionado
P.G.V.A. -	Participação de governos no valor adicionado
PIB –	Produto Interno Bruto
PIS -	Programa de Integração Social
PL -	Patrimônio Líquido
P.T.V.A. -	Participação de terceiros no valor adicionado
V.A.D.A. -	Valor adicionado distribuído aos acionistas
V.A.D.E. -	Valor adicionado distribuído aos empregados
V.A.D.G. -	Valor adicionado distribuído aos governos
V.A.D.T. -	Valor adicionado distribuído a terceiros
VAT -	Valor adicionado total
S.A. -	Sociedade anônima

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	14
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	15
1.3	PROPOSIÇÕES	17
1.4	OBJETIVOS	17
1.4.1	Objetivo geral	17
1.4.2	Objetivos específicos	17
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	CONTABILIDADE.....	19
2.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS PARA COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO	21
2.2.1	Balço Patrimonial.....	21
2.2.2	Demonstração do Resultado do Exercício	23
2.2.3	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	25
2.2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	27
2.2.6	Demonstração do Valor Adicionado	30
2.2.7	Notas Explicativas	35
2.3	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	36
2.4	PRODUTO INTERNO BRUTO	39
3	METODOLOGIA	41
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	41
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	42
4	ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS EM ESTUDO.....	43
4.1	APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS.....	43
4.1.1	Brasil Pharma S.A.	44
4.1.2	Cremer S.A.....	44
4.1.3	Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos	44

4.1.4	Nortec Química S.A.	45
4.1.5	Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.	45
4.1.6	Raia Drogasil S.A.	45
4.2	ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	46
4.2.1	Composição e análise do valor adicionado e destinação a cada agente econômico	46
4.2.2	Compilação da análise	55
4.2.3	Proposições	58
5	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A sociedade moderna vem mudando a concepção de que as companhias empresariais tem como único objetivo aumentar as riquezas de seus acionistas, o benefício social atribuído à essas empresas e a forma como interagem com a sociedade são aspectos relevantes contidos nas demonstrações contábeis. Desse modo, os desejos individuais e de todos os envolvidos na rede de produção e circulação da riqueza representam a função social da empresa, buscando equilíbrio entre seus interesses e os da sociedade de consumo, com objetivo de valorização dos usos e costumes sociais (FERREIRA, 2006).

Para Cunha, Ribeiro e Santos (2005), a Contabilidade, como veículo de informação, tem como um de seus principais desafios colocar à disposição dos usuários informações que retratam a relação da empresa com a sociedade. Diante disso, a lei nº 11.638 sancionada em dezembro de 2007 trouxe alterações na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e entre essas mudanças está a obrigatoriedade por parte das sociedades anônimas de capital aberto da elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado a partir de 2008.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica, é um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para a sua geração. Assemelha-se ao esquema de contas de renda nacional, pois para encontrar o Produto Interno Bruto (PIB) bastaria somar as demonstrações do valor adicionado de todas as atividades econômicas do país, excluindo as duplas contagens (MARTINS et. al., 2013).

Além de auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais, a DVA permite analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas da empresa, podendo ainda ser utilizada como instrumento de negociação entre sindicatos de trabalhadores e patrões, pois fornece informações sobre os benefícios remuneratórios obtidos pelos fatores de produção (trabalhadores e financiadores) e governo (MARION, 2015).

Na economia de um país, alguns setores, além de gerar riquezas e agregar valor ao PIB, são importantes no papel de dispor meios de satisfazer o bem-estar da

população. O setor farmacêutico busca cumprir esse papel, uma vez que, entre seus objetivos está a comercialização e distribuição de medicamentos essenciais à saúde pública.

Diante do exposto, o objetivo dessa pesquisa é analisar a distribuição de riquezas das empresas do setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos listadas na B3 com base nas Demonstrações do Valor Adicionado no período de 2011 a 2016. Entende-se que o tema apresentado é importante acadêmica, social e profissionalmente, uma vez que busca analisar com o auxílio de métodos e técnicas contábeis, o perfil da distribuição do valor adicionado das empresas em estudo, identificando entre os agentes de produção qual recebeu o maior percentual.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

A Contabilidade, como ciência social, evoluiu o seu papel ao produzir relatórios que atendam as novas necessidades de seus usuários demonstrando informações de cunho socioeconômico e não apenas as informações sobre o patrimônio e o resultado financeiro em determinado período.

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Geral (NBC TG) 26, ao final de cada exercício social, as companhias de capital aberto devem apurar e publicar as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado;
- Notas Explicativas.

Apesar de não ser obrigatório, o Balanço Social é publicado anualmente pelas empresas e conforme descreve Vieira (2006), tem como base de sustentação tornar público como a empresa encara sua responsabilidade social, mostrando com transparência, para o público em geral, o que efetivamente está realizando na área social.

Diante disso, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), uma das

vertentes do Balanço Social, pode ser utilizada como instrumento de análise da riqueza gerada pelas empresas bem como sua forma de distribuição. Para Cunha, Ribeiro e Santos (2005) o PIB produzido pela organização está relacionado à percepção da contribuição econômica da entidade com o segmento ao qual se relaciona.

Considerando que a DVA é umas das demonstrações contábeis exigidas por lei, definiu-se delimitar o tema na elaboração de uma análise que foque as demonstrações do valor distribuído às partes interessadas: empregados, governo, fornecedores de capital e a própria empresa (BRAGA, 2012). A parte relativa à maneira pela qual é gerado o valor adicionado não será objeto de análise deste estudo.

Para esse fim, delimitou-se como campo de pesquisa as empresas do setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos, listadas na bolsa de valores B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) - no período de 2011 a 2016 por tratar-se de um setor da economia que tem como objetivo primordial a produção de medicamentos, o que exige conseqüentemente, atividades de pesquisa e desenvolvimento, inovação, comercialização e distribuição de produtos (DUARTE et. al., 2015).

A B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo atualmente a única bolsa de valores, mercadorias e futuros em operação no Brasil, foi criada em março de 2017 a partir da combinação de atividades da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), com a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), empresa prestadora de serviços financeiros no mercado de balcão organizado.

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Como é distribuído o valor adicionado das empresas do setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos listadas na B3 com base nas Demonstrações do Valor Adicionado no período de 2011 a 2016?

A definição da questão de pesquisa, além de levar em consideração a delimitação do tema, visa identificar como está a distribuição do valor adicionado dessas empresas quando comparadas entre elas.

1.3 PROPOSIÇÕES

Em concordância com a questão de pesquisa e ao objetivo geral, o estudo busca responder às seguintes proposições:

- Em períodos de recessão e queda do Produto Interno Bruto (PIB) existe redução do percentual da riqueza distribuída aos trabalhadores e acionistas.
- O agente econômico com menor participação no valor adicionado distribuído é o governo pois o setor tem como um de seus objetivos distribuir medicamentos para o bem-estar e saúde da população.
- Existe similaridade na distribuição do valor adicionado entre as empresas do setor industrial e comercial.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Analisar a distribuição de riquezas das empresas do setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos listadas na B3 com base nas Demonstrações do Valor Adicionado no período de 2011 a 2016.

1.4.2 Objetivos específicos

- Fazer o levantamento bibliográfico relacionado à Demonstração do Valor Adicionado;
- Selecionar grupo de empresas do setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos listadas na B3;
- Levantar os dados referente ao valor adicionado no período proposto;
- Verificar a evolução das destinações para cada elemento;
- Apresentar indicadores que possibilitem a análise e identificação de possíveis semelhanças e/ou diferenças existentes entre as empresas levando-se em consideração a distribuição do valor adicionado.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo é apresentada uma contextualização do tema, bem como os objetivos e a questão de pesquisa.

No segundo capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica sobre a origem da Contabilidade e do Balanço Social, as demonstrações obrigatórias para as companhias de capital aberto, conceitos e modelo de Demonstração do Valor Adicionado e apresentação de indicadores para análise dos dados.

No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos de coleta e análise dos dados bem como a metodologia aplicada que consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, análise descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa.

No quarto capítulo pretende-se atingir o objetivo da pesquisa, apresentando os dados coletados e o uso de indicadores como instrumento de análise.

No quinto e último capítulo apresentam-se as conclusões com exposição dos resultados da pesquisa realizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados alguns conceitos a fim de dar suporte teórico ao tema objeto de estudo, sendo dividido em tópicos dispostos da seguinte forma: Contabilidade, Demonstrações Contábeis Obrigatórias para Companhias de Capital Aberto, Análise da Demonstração do Valor Adicionado e Produto Interno Bruto.

2.1 CONTABILIDADE

Padoveze (2014, p. 3) conceitua a Contabilidade “como o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade” e complementa que “Patrimônio é o conjunto de riquezas de propriedade de alguém ou de uma empresa (de uma entidade) ”.

A Contabilidade “é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das ações humanas (portanto, a Contabilidade ocupa-se de fatos humanos) ” (MARION, 2015, p. 6).

A Contabilidade nasceu a milhares de anos fruto da necessidade do ser humano em controlar e registrar seu patrimônio (Iudícibus, Martins e Carvalho, 2005). Complementando Marion (2015, p. 6) nos diz que essa ciência “surgiu basicamente da necessidade de donos de patrimônio que desejavam mensurar, acompanhar a variação e controlar suas riquezas”.

Em relação ao cenário atual, Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p. 18) avaliam que:

É confortante poder expressar as dimensões atuais da Contabilidade como uma forma eficaz de avaliação de desempenho econômico e financeiro (e social) de entidades e gestores; como insumo essencial para a tomada de decisões econômico-financeiras; como instrumento de accountability eficiente de qualquer gestor de recursos perante a sociedade.

Para Kroetz (2000) a Contabilidade, com o intuito de suprir as necessidades de informações de seus usuários, utiliza um conjunto de demonstrações contábeis capazes de refletir a realidade patrimonial, financeira e econômica, não dispondo de informações de cunho social e ecológico.

Diante disso, surgiu o Balanço Social, componente não obrigatório das demonstrações, que tem por finalidade divulgar informações que interessam não somente acionistas, mas também sindicatos, empregados e a comunidade (NAGAI, 2012). Corroborando com isso, a opinião de Kroetz (2000, p. 45) de que o Balanço social procura “não só identificar a qualidade das relações organizacionais com seus empregados, com a comunidade e com o meio ambiente, como também quantificá-las (nos casos possíveis) ”.

Arantes et. al. (2015) afirmam que o Balanço Social foi criado para tornar público a responsabilidade social e ambiental das organizações e seu grau de comprometimento com a sociedade a qual está inserida. Chagas e Machado (2012) complementam que para acrescentar informações de caráter social e ambiental surgiu o Balanço Social, uma vez que as demonstrações contábeis normalmente apresentadas pelas empresas limitavam à assuntos financeiros.

Segundo Santos (2003), o Balanço Social possui quatro vertentes: Balanço Ambiental que contempla os gastos e investimentos voltados à área ambiental, Balanço de Recursos Humanos onde a empresa evidencia as informações referentes ao quadro de colaboradores da empresa, Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que evidencia a riqueza gerada e sua forma de distribuição entre os atores envolvidos e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral onde é evidenciado os benefícios sociais e culturais à sociedade que circunda a empresa.

O Balanço Social, cuja intenção é divulgar as informações sociais e ecológicas, destinadas aos mais diversos usuários da Contabilidade (internos e externos), que refletem os impactos de algumas das mutações patrimoniais das entidades na sociedade e no meio ambiente. Ele é um instrumento gerencial que supre uma exigência social, no qual são encontrados dados que auxiliam o planejamento, o controle, a análise, a avaliação e a consequente tomada de decisão nas mais diversas esferas empresariais e governamentais. (KROETZ, 2000, p. 15)

Dentre as vertentes citadas, será abordada somente a Demonstração do Valor Adicionado, foco do estudo. Para Martins et. al. (2013, p. 7) “a DVA objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada”.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS PARA COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO

Segundo o Pronunciamento Técnico 26 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - Apresentação das Demonstrações Contábeis -, “as demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade”.

Complementando, o art. 176 da Lei nº 6.404/76 enfatiza que a diretoria fará elaborar as demonstrações contábeis que “deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício”.

De acordo com a NBC TG 26, ao fim de cada exercício social, as companhias de capital aberto são obrigadas a publicar as seguintes demonstrações:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Demonstração do Resultado Abrangente (DRA);
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Notas Explicativas;

Conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 480/09 além das demonstrações contábeis, as entidades devem apresentar o relatório da administração, relatório do auditor independente, parecer do conselho fiscal (se houver), proposta de orçamento de capital preparada pela administração (se houver), relatório anual resumido do comitê de auditoria (se houver), declaração dos diretores concordando com as demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

Nos tópicos seguintes são abordadas as demonstrações contábeis as quais as companhias objetos do estudo são obrigadas a publicar conforme a NBC TG 26.

2.2.1 Balanço Patrimonial

De acordo com o art. 178 da Lei nº 6.404/76, “no balanço as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia”.

Para Padoveze (2014), o balanço apresenta a situação financeira e patrimonial da entidade em um período específico, representando uma posição estática sobre os bens, direitos e obrigações. Os três elementos do Balanço Patrimonial (BP) são:

a) Ativo, descrito por Martins et. al. (2013) como recursos controlados por uma entidade capazes de gerar, mediata ou imediatamente, fluxos de caixa, devendo ser dividido em circulante e não circulante e classificado em ordem decrescente de liquidez;

b) Passivo, que segundo Assaf Neto (2015, p. 64) “identifica as exigibilidades e obrigações da empresa, cujos valores encontram-se investidos nos ativos”, classificado em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades e subdividido em circulante e não circulante;

c) Patrimônio Líquido (PL), definido por Padoveze (2014) como a diferença entre o ativo e o passivo. Assaf Neto (2015, p. 64) complementa que o Patrimônio Líquido “identifica os recursos próprios da empresa, sendo formado pelo capital investido pelos acionistas (ou sócios), mais os lucros gerados no exercício e que não foram retidos na empresa (lucros não distribuídos) ”.

Dentro desse conceito, o quadro 1 apresenta um modelo de Balanço Patrimonial.

Quadro 1 - Modelo de Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial					
	Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Aplicações Financeiras			Salários a pagar		
Clientes			Encargos sociais a pagar		
(-) Provisão para devedores duvidosos			Empréstimos		
Estoque					
Não Circulante			Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo			Financiamentos		
Investimentos			Contas a pagar Longo Prazo		
Imobilizado					
Intangível			Patrimônio Líquido		
			Capital Social		
			Reservas de Capital		
			Lucros ou prejuízos acumulados		
Total do Ativo			Total do Passivo + PL		

Fonte: Adaptado de Padoveze (2014, p. 372)

Um ativo ou passivo deve ser classificado como circulante quando se espera que seja realizado dentro dos doze meses seguintes à data do balanço e cuja utilização não esteja restrita. O grupo de “não circulantes” do ativo deve ser desmembrado em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. No caso do passivo, deverá conter principalmente o Exigível a Longo Prazo (MARION, 2015).

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) compreende as contas de receitas, custos e despesas a fim de demonstrar o resultado das atividades no final do exercício social (RIBEIRO, 2015). A DRE “visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucros ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido” (ASSAF NETO, 2015, p. 83).

Conforme Marion (2012) a apresentação da DRE deverá observar o princípio da competência e evidenciar com clareza e de forma dedutiva as contas de receitas, despesas, ganhos e perdas, definindo ao final o lucro ou prejuízo do exercício.

Conforme a NBC TG 26:

A entidade deve apresentar análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais.

Complementando, o item 105 da norma acima citada, esclarece, “dado que a informação sobre a natureza das despesas é útil ao prever os futuros fluxos de caixa, é exigida divulgação adicional quando for usada a classificação com base no método da função das despesas”.

No quadro 2 é apresentado um modelo de Demonstração do Resultado do Exercício de acordo com a NBC TG 26.

Quadro 2 - Modelo de Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Descrição	Ano 1	Ano 2
Receita Operacional Bruta		
Vendas.....		
(-) Deduções da Receita Bruta		
Icms sobre vendas.....		
PIS sobre faturamento.....		
COFINS sobre faturamento.....		
Devoluções e abatimentos.....		
(=) Receita Operacional Líquida		
(-) Custo das Mercadorias Vendidas.....		
(=) Lucro Bruto		
(-) Despesas Operacionais		
Despesas com Vendas.....		
Despesas Administrativas.....		
Despesas com Pessoal.....		
Outras Despesas Operacionais.....		
(=) Outras Receitas Operacionais.....		
Resultado da Equivalência Patrimonial.....		
(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras		
(=) Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras.....		
Receitas Financeiras.....		
Lucro Antes do IRPJ e CSLL		
(=) Tributos sobre o Lucro		
(-) Provisão para CSLL.....		
(-) Provisão para IRPJ.....		
Resultado Exercício após Tributos sobre o Lucro		
(=) Participações.....		
(=) Lucro ou Prejuízo do Exercício		
Lucro ou Prejuízo por Ação do Capital		

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2015, p. 60)

O valor da Receita Operacional Bruta corresponde ao valor da venda constante na Nota Fiscal respectiva, estando incluso o valor do ICMS, do PIS, da Cofins e do ISS (se houver) e excluído o valor do IPI. Em relação ao Lucro ou prejuízo por ação do capital, deve-se informar em Notas Explicativas os critérios utilizados para cálculo quando o Capital da companhia for composto por ações de espécie e classes variadas e com direitos e vantagens diferenciadas (RIBEIRO, 2015).

2.2.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) “abrange todas as contas do patrimônio líquido, identificando os fluxos ocorridos entre uma conta e outra e as variações (acréscimos e diminuições) verificadas no exercício” (ASSAF NETO, 2015, p. 98).

Segundo Martins et. al. (2013, p. 5) a DMPL

Evidencia a mutação do patrimônio líquido em termos globais (novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, ajustes de avaliação patrimonial, etc.) e em termos de mutações internas (incorporações de reservas ao capital, transferências de lucros acumulados para reservas e vice-versa etc.).

Conforme a NBC TG 26, a DMPL deve incluir informações sobre o resultado abrangente do período, segregando o valor total da participação dos proprietários da entidade controladora e de não controladores. Deve apresentar ainda os ajustes de exercícios anteriores (obedecendo à NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), e os saldos inicial e final de cada componente do patrimônio líquido e suas respectivas mutações, bem como as transações de integralização de capital, distribuições realizadas e mudanças nas quotas de participações de controladas que não afetem seu controle. O quadro 3 apresenta um modelo da estrutura dessa demonstração.

Quadro 3 - Modelo de Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido								
	Capital Social	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de lucro			Resultados Acumulados	Total
				Legal	Estatutária	Lucros a Realizar		
Saldo Inicial								
Ajuste exercício anterior								
Aumento de capital								
Reversão de reserva								
Lucro do exercício								
Destinação do Lucro								
Reserva de lucro								
Reserva legal								
Reserva estatutária								
Dividendos a distribuir								
Juros capital social								
Saldo final								

Fonte: Adaptado de Marion (2015, p. 420)

Padoveze (2014, p. 390) enfatiza que a DMPL pode ser usada como fonte de pesquisa para a elaboração da DFC, uma vez que separa, “das contas do patrimônio líquido o que se refere a entrada ou saída efetiva de numerário, dos aumentos e diminuições dos saldos apenas decorrente de transferências sem efetivação de caixa”.

2.2.4 Demonstração do Resultado Abrangente

Alguns países da Europa e Oceania passaram a exigir a divulgação do resultado abrangente a partir de 1992, nos Estados Unidos a exigência da apresentação teve início em 1997. No Brasil, passou a ser obrigatório a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) a partir do exercício 2010, devendo ser elaborada em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (SILVA e SILVA, 2015).

Para Martins et. al. (2013, p. 4), resultado abrangente “é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com sócios”. Os mesmos autores complementam que “é o resultado do exercício acrescido de ganhos ou perdas que eram reconhecidos direta e temporariamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”. O quadro 4 apresenta um modelo de DRA.

Quadro 4 - Modelo de Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do Resultado Abrangente		
Descrição	Ano 1	Ano 2
(=) Resultado Líquido do Período		
(=/-) Outros Resultados Abrangentes		
Variação de Reserva de Reavaliação		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
(=/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas		
(=) Resultado Abrangente do Período		
Valor Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		
Valor Atribuído a Sócios Não Controladores		

Fonte: Adaptado de NBC TG 26

Conforme a NBC TG 26, a DRA pode ser apresentada juntamente com a DMPL ou segregada e deve incluir além do resultado líquido as seguintes rubricas:

- b) cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza;
- c) parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial;
- d) resultado abrangente do período;
- e) resultado abrangente distribuídos aos controladores e não controladores.

2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Segundo Ribeiro (2015) a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) deve seguir as orientações da NBC TG 03, cujos critérios para elaboração baseiam-se nos organismos internacionais *International Accounting Standards Committee* (IASC) “cujas práticas contábeis estabelecidas são adotadas por vários países e o *Financial Accounting Standards Board* (Fasb), órgão normatizador das práticas contábeis dos Estados Unidos”.

A DFC “evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) em determinado período por meio dos fluxos de recebimentos e pagamentos” (MARION, 2012, p. 54).

O objetivo da DFC é auxiliar os usuários das demonstrações a analisar a capacidade de a companhia gerar caixa e equivalente de caixa ao disponibilizar informações sobre os pagamentos e recebimentos ocorridos durante um determinado período (MARTINS et. al., 2013).

A elaboração da DFC, segundo o CPC 03 será segmentada em três grupo de atividades, sendo classificada por atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos.

Complementando, o CPC 03 estabelece que o fluxo de caixa das atividades operacionais poderá ser apresentado de duas formas: Pelo método direto “segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas”; e pelo método indireto cujo “objetivo é mostrar quanto do lucro se transformou em caixa” (PADOVEZE, 2014, p. 399).

O quadro 5 apresenta o modelo de DFC método direto e o quadro 6 apresenta o método indireto, sendo que no modelo do método indireto será apresentado apenas as atividades operacionais pois o restante da demonstração é igual para os dois modelos.

Quadro 5 – Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Método Direto
Das atividades operacionais:	
(+) Recebimento de vendas à vista	
(+) Recebimento de clientes	
(-) Pagamentos	
= Caixa gerado pelas operações	
(-) Pagamento de IR/CSLL	
(+) Recebimento de adiantamentos	
(-) Pagamento de adiantamentos	
A - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Das atividades de Investimentos	
(+) Receitas financeiras (aplicações)	
(+) Venda de imobilizado	
(+) Venda de Intangíveis	
(-) Aquisições de Investimento	
(-) Aquisições de Imobilizado	
(-) Aquisições de Intangível	
B - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
Das Atividades de Financiamentos	
Com Sócios:	
(+) Integralização de capital	
(-) Pagamento de juros s/ capital próprio	
(-) Pagamento de dividendos	
Com Instituições Financeiras:	
(+) Novos empréstimos bancários	
(-) Pagamentos de empréstimos curto prazo	
(+) Desconto de duplicatas	
(-) Liquidação de duplicatas descontadas	
(-) Despesas financeiras - empréstimos	
Com Investidores:	
(+) Emissão de debêntures	
C - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	
D - Total dos Fluxos de Caixa	
E - Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes Caixa	
F - Saldo Final de Caixa e Equivalentes Caixa	
G - Variação Saldo de Caixa e Equivalente Caixa	

Fonte: Adaptado de Reis (2009, p. 169)

Quadro 6 – Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Método Indireto
Das atividades operacionais:	
Resultado líquido antes IR / CSLL (+) Depreciação (+) Amortização do intangível (+) Provisão devedores duvidosos (+) Despesas financeiras (+) Variação cambial passiva (-) Receitas financeiras (+) Juros sobre capital próprio (-) Receita equivalência patrimonial (-) Receita venda imobilizado (+) Custo baixa imobilizado = Resultado líquido financeiro operacional Acréscimos/ decréscimos em ativos e passivos operacionais Variação de Clientes Variação de Estoques Variação de Adiantamentos Variação de Despesas antecipadas Variação de Fornecedores Variação de Remunerações a pagar Variação de Contas a pagar Variação de Impostos a pagar Caixa gerado pelas operações (-) Pagamento de IR/CSLL (+) Recebimento de adiantamentos (-) Pagamento de adiantamentos (+) Receita Financeira (-) Despesas financeiras (-) Dividendos recebidos A - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	

Fonte: Adaptado de Reis (2009, p. 171)

Conforme a NBC TG 03, “transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa devem ser excluídas da demonstração dos fluxos de caixa”. Devendo ser divulgadas em notas explicativas fornecendo informações relevantes sobre tais atividades.

2.2.6 Demonstração do Valor Adicionado

No Brasil a Demonstração do Valor Adicionado tornou-se obrigatória para as companhias de capital aberto a partir da promulgação da Lei nº 11.638/07, que promoveu alterações na Lei nº 6.404/76. A NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado – orienta a elaboração e divulgação dessa demonstração (MARTINS et. al., 2013).

Segundo Marion (2012) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) surgiu na Europa, principalmente por influência da Alemanha, França e Inglaterra e a demanda pela sua divulgação tem aumentado no cenário internacional em virtude da recomendação de uso pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Santos (2003, p. 35) pontifica que a DVA “componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade”.

Através da utilização da DVA, obtém-se “em um único item todos os valores relativos aos gastos com pessoal, remunerações e seus respectivos encargos. Essa segregação não é passível de ser encontrada em qualquer outra demonstração contábil tradicional” (SANTOS, 2003, p. 249).

Em relação ao conceito dessa demonstração, Padoveze (2014) ensina que a DVA demonstra o montante de valor que uma empresa adicionou aos seus fatores de produção e qual a forma de distribuição dessa riqueza para os agentes da comunidade que contribuíram para a sua geração (empregados, governo, acionistas, financiadores). O CPC 09 complementa que o valor adicionado inclui ainda o valor “recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade”.

Corroborando sobre o conceito da DVA, a explicação de Marion (2015, p. 295) que diz:

Se subtrairmos das vendas todas as compras de bens e serviços, teremos o montante de recursos que a empresa gera para remunerar salários, juros, impostos e reinvestir em seu negócio. Esses recursos financeiros gerados leva-nos a contemplar o montante de valor que a empresa está agregando (adicionando) como consequência de sua atividade.

Em um contexto macroeconômico, a informação de como a empresa gera

sua riqueza e de que forma a distribui, tem sido analisada por países emergentes para autorizar a implantação de empresas em seu território, uma vez que essa demonstração evidencia os benefícios para a economia da região e influencia a formação do Produto Interno Bruto (PIB), uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados de um país representa seu Produto Interno Bruto (RIBEIRO, 2015).

O PIB indicada a atividade econômica de uma região. Consiste na soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em uma região (país, estado etc.) durante um determinado período (ano, mês etc.) (PADOVEZE, 2014).

Na esfera governamental, as informações divulgadas na DVA podem servir de parâmetro para fins de concessões de financiamentos e decisões de investimentos em empresas ou regiões (SANTOS et. al., 2013).

A DVA foi regulamentada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 para as companhias abertas e também pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio da NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/2008 (MARTINS et. al., 2013).

As informações para preenchimento da DVA são extraídas da contabilidade devendo ter como base o princípio contábil do regime da competência.

No quadro 7, apresenta-se o modelo utilizado na pesquisa conforme instruções da NBC TG 09 e na sequência os comentários acerca de seus diversos componentes.

Quadro 7 – Modelo de Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Descrição	Ano 1	Ano 2
1 - RECEITAS		
1.1) Receita de Vendas		
1.2) Outras Receitas		
1.3) Receitas Relativas à Construção de Ativos Próprios		
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1) Custo de Produtos, mercadorias ou serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / recuperação de ativos		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - RETENÇÕES		
4.1) Despesas Depreciações		
4.2) Despesas Amortizações		
5 - VALOR ADICIONADO LIQUIDO GERADO (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receita Financeira		
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal		
8.1.1 Remuneração Direta		
8.1.2 Benefícios		
8.1.3 F.G.T.S.		
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições		
8.2.1 Impostos Federais		
8.2.2 Impostos Estaduais		
8.2.3 Impostos Municipais		
8.3) Remuneração Capital de Terceiros		
8.3.1 Juros pagos		
8.3.2 Aluguéis pagos		
TOTAL DISTRIBUIDO A TERCEIROS		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 Juros sobre capital próprio		
8.4.2 Dividendos propostos		
8.4.3 Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício		
8.4.4 Participação dos não-controladores nos lucros retidos		

Fonte: Adaptado de NBC TG 09

Em sua primeira parte (itens 1 a 7), a DVA deve apresentar a riqueza produzida pela entidade e na segunda parte (item 8) como essa riqueza foi

distribuída. Veja o detalhamento de cada item:

1 – Receitas

Venda de mercadorias, produtos e serviços – Corresponde ao faturamento bruto da entidade, e inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas.

Outras receitas – Inclui os valores fora das atividades da empresa (ganhos ou perdas na baixa de imobilizados entre outros) e os tributos incidentes sobre ela.

Receitas relativas à construção de ativos próprios – Corresponde aos valores relativos à construção de ativos para uso da empresa, tais como materiais, mão de obra, serviços terceirizados.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Inclui os valores relativos às perdas estimadas apropriadas no resultado, bem como sua reversão.

2 – Insumos Adquiridos de terceiros

Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos – Inclui os valores das matérias primas e insumos adquiridos junto a terceiros e contidas no custo do produto, mercadoria ou serviço vendido, devendo ser considerado os tributos recuperáveis ou não. Gastos com pessoal próprio não devem ser considerados.

Materiais, energia, serviços de terceiros e outros – Inclui valores referente às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros, devendo incluir os impostos recuperáveis ou não.

Perda / Recuperação de valores ativos – Inclui os valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado. Também devem ser incluídos os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição como na reversão conforme NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3 – Valor Adicionado Bruto – Diferença entre itens 1 e 2

4 – Depreciação, amortização e exaustão – Inclui a despesa ou o custo contabilizado no período.

5 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade – Diferença entre os itens 3 e 4

6 – Valor Adicionado Recebido em Transferência

Resultado da equivalência patrimonial – Pode representar receita ou despesa. Se for despesa considerar como redução ou valor negativo.

Receitas financeiras – Inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem desde que

consideradas no resultado do exercício.

Outras receitas – Inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo (aluguéis, direitos de franquia, etc.).

7 – Valor Adicionado Total a Distribuir - Soma dos itens 5 e 6 – é a riqueza gerada pela empresa acrescida da riqueza gerada por outras empresas e recebidas em transferência.

8 – Distribuição do Valor Adicionado – O total deve ser exatamente igual ao item 7

8.1 – Pessoal – Parcela distribuída aos funcionários da empresa

Remuneração direta – Inclui valores apropriados ao custo e ao resultado na forma de salários, férias, horas extras, etc.

Benefícios – Inclui valores apropriados ao custo e ao resultado relativo a assistência médica, alimentação, transporte, etc.

F.G.T.S. – Inclui os valores depositados em conta vinculada dos empregados.

8.2 – Impostos, taxas e contribuições – Todos os tributos a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis devem ser considerados os valores devidos ou já recolhidos, devendo ser segregado conforme o ente político responsável pela competência tributária da seguinte forma:

Federais (exemplo IRPJ, IPI, IOF dentre outros)

Estaduais (exemplo IPVA, ICMS, etc.)

Municipais (exemplo IPTU, ISS dentre outros)

8.3 – Remuneração de capitais de terceiros – Valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

Juros – Considera as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção capitalizados no período.

Aluguéis – Inclui os valores pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.

Outras – Inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo originadas em capital intelectual (direitos autorais, royalties, etc.).

8.4 – Remuneração de Capitais Próprios – Valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

Juros sobre o Capital Próprio e dividendos – Inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, exceto os valores transferidos para a conta de reserva de lucros.

Lucros retidos / Prejuízo do exercício – Valores relativos ao lucro destinados as reservas. No caso de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.

Participação dos não controladores nos lucros retidos – Exclusivo para a DVA consolidada e evidencia a parcela da riqueza destinada aos sócios não controladores.

2.2.7 Notas Explicativas

Para Martins et. al. (2013, p. 677) as Notas Explicativas (NE) “são informações complementares às demonstrações contábeis, representando parte integrante das mesmas”, devendo ser apresentada de forma sistemática e compreensível.

Conforme a NBC TG 26, nas notas explicativas a entidade deve divulgar “a base (ou bases) de mensuração utilizada (s) na elaboração das demonstrações contábeis” e “outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis”.

Padoveze (2014, p. 403) afirma que a finalidade das Notas Explicativas é “informar os principais critérios e eventuais modificações nas políticas e práticas contábeis utilizadas no período” com informações de caráter descritivo e detalhar numericamente as diversas rubricas das demonstrações contábeis que “podem ser objeto de uma averiguação mais específica”.

As notas explicativas devem incluir, conforme a NBC TG 26, principalmente:

- a) destaque às áreas de atividades consideradas mais relevantes para o entendimento do seu desempenho financeiro e da posição financeira;
- b) agrupamento de informações sobre contas mensuradas de forma semelhante;
- c) seguir a ordem das contas das demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e do balanço patrimonial.
- d) incluir passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos além dos objetivos e as políticas de gestão do risco financeiro da entidade.

A entidade deve declarar a conformidade com as normas, interpretações e comunicados, políticas contábeis significativas aplicadas e divulgações não financeiras. Devendo indicar ainda os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, investimentos em outras sociedades quando relevantes, a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo, ajustes de exercícios anteriores e os eventos subsequentes à data de fechamento do exercício que possam ter relevância sobre a situação financeira ou os resultados futuros da companhia (PADOVEZE, 2014).

2.3 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A análise das demonstrações contábeis possui características estática e dinâmica, onde o aspecto estático considera a situação da empresa em um momento específico sem considerar informações do passado ou do futuro da empresa. A evolução da empresa, os resultados atuais comparativamente com de anos anteriores e possibilidades de evolução futura definem o aspecto dinâmico (REIS, 2009).

Assaf Neto (2015, p. 113) complementa que “o critério básico que norteia a análise de balanços é a comparação” tanto de valores de um período específico como comparando com valores de períodos anteriores, sendo essa comparação representada pela análise horizontal e pela análise vertical.

A análise horizontal (AH) relaciona o valor de uma conta (ou grupo de contas) da demonstração com a mesma conta (ou grupo de contas) apurada em períodos anteriores, evidenciando a evolução ou retração de seus valores ao longo de um determinado intervalo de tempo. A análise horizontal permite traçar uma tendência futura além de avaliar o desempenho passado da entidade (ASSAF NETO, 2015).

Matarazzo (2003, p. 245) complementa que a “evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências”, devendo sempre que possível considerar mais de um ano para efeito de análise e não apenas o ano anterior. O efeito da inflação deve ser considerado ao analisar os dados por meio da análise horizontal.

Para calcular a AH por meio de variações anuais, divide-se o valor do exercício atual pelo valor do item no ano-base, diminui-se de 1 e multiplica-se por 100 conforme a seguinte expressão:

$$\frac{\text{Valor atual do item}}{\text{Valor do item no ano-base}} - 1 \times 100$$

A análise vertical (AV) expressa a porcentagem de uma conta (ou grupo de contas) em relação ao total de um determinado grupo ou conjunto global de contas no mesmo período da apuração (REIS, 2009). Matarazzo (2003, p. 243) corrobora ao afirmar que “o percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto”.

Assaf Neto (2015) complementa que dispendo dos valores em forma vertical, apura-se a participação relativa de cada item da demonstração analisada e sua evolução no tempo ao utilizar a análise vertical em conjunto com a análise horizontal.

O cálculo do percentual da participação é feito dividindo-se o valor de cada item (conta ou grupo de contas) pelo valor base (que corresponde ao valor total do grupo considerado na análise) (HOJI, 2017).

$$\frac{\text{Valor do item}}{\text{Valor do item base}} \times 100$$

Os métodos de análise vertical e horizontal são comumente utilizados para análise de balanços, porém nada restringe o seu uso em outras demonstrações (como a DVA), uma vez que a comparação entre períodos, e a representatividade percentual de cada grupo de contas complementam o entendimento de tais demonstrações (SANTOS, 2003).

O método analítico por meio de índices consiste em “relacionar contas e grupos de contas para extrair conclusões sobre tendências e situação econômico-financeira da empresa” podendo-se comparar tais índices com outras empresas do mesmo ramo, porte ou setor ou com padrões estabelecidos, classificando-os como ótimo, bom, satisfatório, deficiente, etc. (HOJI, 2017, p. 290).

Complementando a análise da DVA, faz-se uso de indicadores (ou índices ou quocientes), obtendo-se o resultado através de uma divisão de duas grandezas. O mérito do uso desse tipo de metodologia encontra-se na evidenciação das ocorrências do passado e como balizador de previsões de tendências futuras (SANTOS, 2003).

Para análise e interpretação da DVA são apresentados os indicadores abaixo, conforme descritos por Marion (2015) podendo ser classificado em dois

grupos, sendo os quatro primeiros indicadores da geração da riqueza e os quatros seguintes indicando a distribuição da riqueza gerada.

a) Potencial do ativo em gerar riqueza

Indica o percentual do valor adicionado em relação ao total investido em ativos.

b) Retenção da receita

Indica quanto da receita transforma-se em valor adicionado.

c) Valor adicionado per capita

É um indicador de produtividade, informa a participação de cada empregado na geração da riqueza na organização.

d) Contribuição do Patrimônio Líquido

Indica o percentual do capital próprio na geração do valor adicionado.

e) Participação dos empregados

Indica o percentual da riqueza gerada que foi direcionada aos funcionários.

f) Participação do governo

Indica o percentual do valor adicionado destinado ao governo por meio de impostos, taxas e contribuições.

g) Participação de terceiros

Indica o percentual da riqueza gerada distribuído como remuneração à utilização de capital de terceiros.

h) Participação de acionistas

Indica o percentual da riqueza gerada distribuída aos acionistas em forma de remuneração.

Tendo como objetivo de estudo a análise da distribuição da riqueza o quadro 8 apresenta os indicadores que serão utilizados e suas respectivas fórmulas.

Quadro 8 – Indicadores para análise da DVA

Indicador	Fórmula	Significado das Siglas
Potencial do Ativo em Gerar Riqueza - PAGR	$\frac{VAT}{AT} \times 100$	VAT = Valor Adicionado Total AT = Ativo Total
Retenção da Receita - RR	$\frac{VAT}{RT} \times 100$	VAT = Valor Adicionado Total RT = Receita Total
Valor Adicionado per capita - VAPC	$\frac{VAT}{NF} \times 100$	VAT = Valor Adicionado Total NF = Número de Funcionários (média)
Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração da Riqueza - CPLGR	$\frac{VAT}{PL} \times 100$	VAT = Valor Adicionado Total PL = Patrimônio Líquido
Participação dos Empregados no Valor Adicionado - PEVA	$\frac{VADE}{VAT} \times 100$	VADE = Valor Adicionado Distribuído aos Empregados VAT = Valor Adicionado Total
Participação de Governos no Valor Adicionado - PGVA	$\frac{VADG}{VAT} \times 100$	VADG = Valor Adicionado Distribuído aos Governos VAT = Valor Adicionado Total
Participação de Terceiros no Valor Adicionado - PTVA	$\frac{VADT}{VAT} \times 100$	VADT = Valor Adicionado Distribuído a Terceiros VAT = Valor Adicionado Total
Participação de Acionistas no Valor Adicionado - PAVA	$\frac{VADA}{VAT} \times 100$	VADA = Valor Adicionado Distribuído aos Acionistas VAT = Valor Adicionado Total

Fonte: Adaptado de Chagas e Machado (2016)

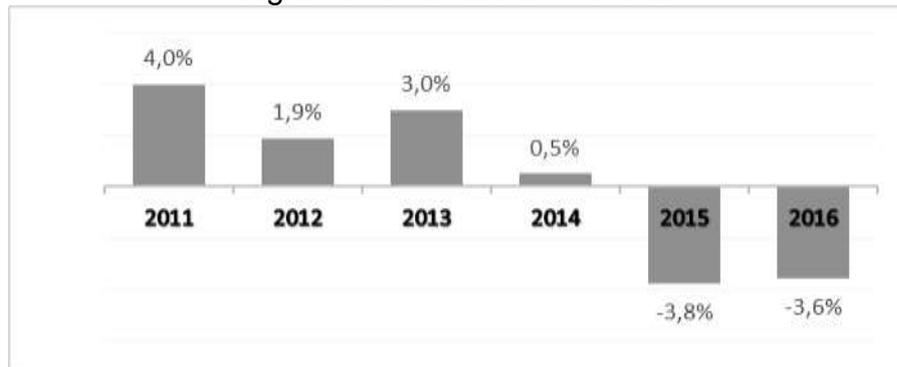
A análise das entidades por meio dos indicadores expressos no quadro 8 e da análise vertical e análise horizontal dos dados coletados tem por objetivo identificar algumas questões como a carga tributária suportada pela empresa, os valores relativos aos gastos com pessoal, sua evolução e comparação entre empresas do mesmo setor, a remuneração do capital próprio e de capitais de terceiros (SANTOS, 2003).

2.4 PRODUTO INTERNO BRUTO

Segundo Luca (1998), Produto Interno Bruto (PIB) é o indicador que representa a soma dos serviços e bens produzidos por um sistema econômico ao longo de um período, excluindo-se as duplas contagens, sendo esse sistema econômico um país, região, cidade ou Estado e o período podendo ser trimestral, semestral ou anual.

A figura 1 apresenta a performance do resultado anual do PIB no período da amostra conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 1 - Performance do PIB



Fonte: Adaptado de IBGE

Conforme nos lembra Silva et al. (2016), os analistas do IBGE não têm condições de determinar com precisão o valor correto do PIB, sendo apenas uma estimativa, uma vez que algumas empresas não fornecem as informações ou exigem sigilo sobre as mesmas.

Luca (1998) complementa que a DVA pode ser utilizada para auxiliar no cálculo do PIB, uma vez que possui maior precisão na obtenção de dados que são utilizados na apuração do produto nacional.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A metodologia desse estudo tem como base três critérios: quanto aos procedimentos técnicos, quanto à forma de abordagem e quanto aos objetivos. Para Diehl e Tatim (2004, p. 47) “Metodologia pode ser definida como o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica”. Os mesmos autores complementam que a metodologia permite “a escolha da melhor maneira de abordar determinado problema, integrando os conhecimentos a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas”.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo que a pesquisa documental é realizada com base nos relatórios contábeis disponibilizados pelas empresas no site da B3. Para Fachin (2002, p. 149) a “pesquisa documental fundamenta-se em todas as coletas de informações cujos registros estão contidos em documentos”. Complementando, Gil (2010, p. 31) conceitua que documento pode ser “qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento”.

Para Beuren (2006), esse tipo de pesquisa tem como base documentos que sofrerão análise pela primeira vez ou conforme os objetivos do estudo serão analisados sob outro ponto de vista ou ainda de uma forma mais aprofundada.

Gil (2010) explica que o material consultado na pesquisa bibliográfica reúne o conhecimento sobre a matéria pesquisada e já tornado público, principalmente livros e artigos. Beuren (2006) complementa que esse tipo de pesquisa tem por objetivo recolher informações e conhecimentos sobre o problema ao qual se procura responder no estudo.

Quanto a forma de abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Qualitativa pois proporciona melhor visão e compreensão do problema e quantitativa pois considerando que os dados podem ser quantificáveis, é possível traduzir em números as opiniões e informações e conseqüentemente analisá-las e classificá-las. (MATTAR, 2005)

Para Beuren (2006, p. 92), a pesquisa quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos

dados”, e complementa a utilização da pesquisa quantitativa afirmando que o seu uso é comum “numa tentativa de entender por meio de uma amostra o comportamento de uma população”.

Para Malhotra (2012, p. 111), a pesquisa qualitativa “é a metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória baseada em pequenas amostras que proporciona percepções e compreensão do contexto do problema”.

Quanto aos objetivos, classifica-se como uma pesquisa descritiva, uma vez que, a análise descritiva, segundo Beuren (2006), tem como característica a não interferência do pesquisador na manipulação dos dados ao observar, registrar, analisar, classificar e interpreta-los, sendo assim, o pesquisador estuda, mas não manipula as informações levantadas.

Gil (2010, p. 27) complementa que “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos para obtenção dos dados analisados conforme os objetivos específicos e com base na questão de pesquisa são:

- Coleta dos dados no site da B3, na seção das demonstrações contábeis das empresas do setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos no período de 2011 a 2016;
- Tabulação dos dados através do uso de planilha eletrônica, dando ênfase à distribuição da riqueza gerada pelas entidades;
- Análise dos dados utilizando indicadores, análise vertical e análise horizontal conforme descritos no referencial teórico.

4 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS EM ESTUDO

4.1 APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS

As empresas em estudo pertencem ao setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, tendo como característica comum a divulgação da DVA em todos os anos no período de 2011 a 2016.

Sendo, portanto, seis empresas selecionadas (Brasil Pharma S.A., Cremer S.A., Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, Nortec Química S.A., Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e Raia Drogasil S.A.). A empresa Biotoscana Investments S.A. não será utilizada para o estudo, uma vez que a mesma fez a oferta pública inicial das ações no ano de 2017 e, portanto, não tem os dados do período disponíveis para análise e a empresa Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. não divulgou os dados nos anos anteriores à 2014, sendo ambas excluídas da análise. A empresa Biomm S.A. não será motivo de análise pois encontra-se em fase de constituição, afetando a comparação dos resultados dos indicadores em relação as demais empresas.

O quadro 9 apresenta as empresas da amostra, bem como a abreviação que será utilizada durante o estudo e a área de atuação principal de cada uma.

Quadro 9 - Empresas da amostra

	Empresa	Abreviação	Área de atuação
1	Brasil Pharma S.A.	BR Pharma	Comércio
2	Cremer S.A.	Cremer	Indústria
3	Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos	Dimed	Comércio
4	Nortec Química S.A.	Nortec	Indústria
5	Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.	Profarma	Comércio
6	Raia Drogasil S.A.	Raia Drogasil	Comércio

Fonte: Elaborado pelo autor

A identificação do setor de atuação tem relevância pois possibilita ampliar a análise dos dados com o intuito de identificar o perfil de distribuição do valor adicionado por área.

4.1.1 Brasil Pharma S.A.

Constituída em dezembro de 2009, iniciou em 2010 o processo de aquisição de redes de farmácias em todas as regiões do país e da Farmais, maior rede de franquias de varejo farmacêutico do país (BR PHARMA).

Presente nas cinco regiões do Brasil com lojas próprias e franquias, sendo as lojas próprias operadas sob as marcas Big Bem/Guararapes e Mais Econômica e as franquias operando sob a marca Farmais, tendo como foco o comércio no setor de varejo farmacêutico (BR PHARMA).

4.1.2 Cremer S.A.

Fundada em 1935, quando um grupo de empresários e médicos de Blumenau se uniu a um imigrante alemão que fabricava produtos hospitalares em Porto Alegre. Indústria brasileira de produtos voltados para as áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento, higiene e bem-estar, estruturando suas atividades em quatro unidades de negócio: Divisão Consumo, Divisão Hospitalar, Divisão Diagnóstica e Divisão Industrial. Estende sua atuação a mais de vinte países da América do Sul e da Europa com exportação de produtos da Divisão Hospitalar (CREMER).

4.1.3 Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos

Criada em 1973 por acionistas das redes de farmácias Panitz e Velgos tendo o nome Panvel Farmácias como marca, é integrante do Grupo Dimed (juntamente com a distribuidora de medicamentos Dimed e o laboratório farmacêutico Lifar) (DIMED).

Possui lojas físicas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo atendendo todo o Brasil através da loja online Panvel.com. Tem como objetivo a prestação de serviço e o comércio atacadista e varejista de medicamentos e produtos de higiene e beleza (DIMED).

4.1.4 Nortec Química S.A.

Em 1985 o grupo Norquisa cria a subsidiária Nortec-Nordeste Química Desenvolvimento Tecnológico Ltda, com o objetivo de centralizar as atividades de desenvolvimento tecnológico para a produção de insumos farmacêuticos ativos em escala piloto e semi-industrial, e em 1997 após um processo de reorganização societária, nasce a Nortec Química Ltda (NORTEC).

Indústria química-farmacêutica, produzindo moléculas ativas para a indústria de medicamentos de marca (referência), genéricos e similares, fornece seus produtos de fabricação própria e de distribuição para laboratórios farmacêuticos no Brasil e no Exterior (NORTEC).

4.1.5 Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.

Fundada em 1961, iniciou suas atividades no setor de distribuição. Em 2013 entrou no varejo com a aquisição de marcas de redes farmacêuticas das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Consolidou sua Unidade de Especialidades em 2014 com a criação da *joint venture* Profarma Speciality com a AmerisourceBergen Corporation (PROFARMA).

Com atuação em distribuição, varejo e especialidades atende à todas as regiões do país (PROFARMA).

4.1.6 Raia Drogasil S.A.

Criada em 2011 a partir da fusão entre Raia S.A. e Drogasil S.A., está presente em todas as regiões do país com portfólio focado na saúde e bem-estar, atuando no comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumarias e afins (RAIA).

4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

4.2.1 Composição e análise do valor adicionado e destinação a cada agente econômico

Neste tópico são apresentados e interpretados os resultados referente à aplicação dos índices. Optou-se por analisar cada indicador individualmente comparando as empresas entre si ou segregadas por setor de atividade e posteriormente comparar os resultados de forma global, analisando as oscilações e os aspectos relevantes de cada empresa e ou indicador com base nos dados obtidos no site da B3.

Inicialmente foram calculados os indicadores relativos à participação dos empregados no valor adicionado das empresas da amostra. Para Luca (1998), a remuneração do trabalho consiste em um dos mais importantes elementos de distribuição da riqueza, correspondendo, para o empregador, o custo total com a força de trabalho empregada.

A tabela 1 apresenta os resultados da participação dos empregados no valor adicionado (P.E.V.A.).

Tabela 1 - P.E.V.A. (em percentual)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média	Desvio padrão
BR Pharma	45,78	58,63	75,97	175,62	142,31	209,41	117,95	67,49
Cremer	41,48	84,32	41,27	37,17	33,30	28,60	44,36	20,18
Dimed	36,27	35,63	34,47	36,10	37,07	38,22	36,29	1,27
Nortec	20,23	28,88	23,53	29,51	25,04	31,46	26,44	4,23
Profarma	20,36	21,48	19,90	22,67	21,46	27,91	22,30	2,91
Raia Drogasil	34,67	35,78	38,09	36,84	32,48	31,94	34,97	2,43

Fonte: Elaborado pelo autor

A empresa BR Pharma apresenta maior oscilação dentre as empresas da amostra, tanto comparando com as demais quando analisadas individualmente ano a ano, apresentando valores superiores a cem em mais de um exercício. A justificativa para os resultados calculados superior a cem é a destinação aos empregados ser maior do que o valor adicionado total (VAT). Essa destinação foi maior que o VAT pois a empresa apresentou prejuízo nesses exercícios.

Não há uma tendência uniforme no comportamento das empresas, embora ao calcular a média das empresas por ramo de atividade, a diferença entre os resultados seja relevante (média das empresas do ramo industrial – Cremer e Nortec – é 35,4% e a média das empresas comerciais – BR Pharma, Dimed, Profarma e Raia Drogasil – é 52,88%). O resultado do setor comercial foi afetado pela empresa BR Pharma que destinou valor para empregados maior do que o VAT em três exercícios da amostra.

As empresas Nortec e Profarma aumentaram a destinação em um exercício e reduziram no exercício subsequente. A empresa Dimed apresenta queda na participação de empregados nos três primeiros exercícios (2011 a 2013) e elevação no período seguinte (2014 a 2016), e a Raia Drogasil por sua vez tem o perfil inverso à Dimed.

O aumento do percentual da destinação para empregados da Cremer em 2012 deve-se ao fato da empresa ter contabilizado prejuízo no exercício, impactando em redução na participação de acionistas e governos. Uma vez que o valor das obrigações com funcionários não sofreu alterações relevantes de um ano para o outro, o aumento do índice explica-se pela redução do VAT no período.

Nos exercícios seguintes a Cremer apresenta perfil decrescente na participação de empregados com aumento da participação de governos e terceiros. Profarma apresenta a menor média de destinação para empregados, tendo BR Pharma por sua vez, a maior média de destinação do valor adicionado dentre as empresas da amostra.

O próximo indicador analisado refere-se à participação do governo no valor adicionado, para Luca (1998, p. 72), “o valor dos impostos representa a parcela da remuneração do fator de produção conhecido como Governo”. Para entender o Estado sendo um fator de produção, Santos (2003, p. 227) explica que “o Estado desempenha seu papel como agente econômico à medida que é o principal responsável pela manutenção da infraestrutura do país e, conseqüentemente, um dos grandes responsáveis pela garantia de toda atividade econômica”.

Esse indicador evidencia a carga tributária suportada pela empresa. A tabela 2 apresenta o resultado da participação de governos no valor adicionado (P.G.V.A.).

Tabela 2 – P.G.V.A. (em percentual)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média	Desvio padrão
BR Pharma	30,73	13,77	15,75	6,71	18,64	29,62	19,20	9,37
Cremer	22,26	-23,52	19,20	26,90	27,35	42,85	19,17	22,45
Dimed	36,82	38,95	39,70	38,12	36,42	36,56	37,76	1,37
Nortec	35,80	34,08	35,97	35,55	30,06	32,61	34,01	2,32
Profarma	63,98	61,76	66,76	68,49	66,05	59,82	64,48	3,26
Raia Drogasil	41,62	41,07	38,35	34,41	40,34	40,30	39,35	2,66

Fonte: Elaborado pelo autor

Esse indicador apresenta menor oscilação entre as empresas, porém apresenta resultados negativos e valores superiores a cem e não há característica comum entre as empresas em relação à evolução ou redução da destinação da riqueza ao Estado através de impostos, taxas e contribuições.

Comparando as médias obtidas entre os ramos de atividades industrial e comercial nota-se que a participação dos governos no setor comercial é maior, ficando com uma média de 40,2% e na indústria a participação dos governos é de 26,59%. A empresa que distribui a maior parcela para governos é a Profarma (comércio) e a Cremer (indústria) distribui a menor parcela.

Analisando o comportamento de cada empresa, verifica-se que a Raia Drogasil tem o menor grau de variação entre os exercícios, com perfil decrescente de participação no período 2011 a 2014 e perfil crescente no período 2015 e 2016. Dimed apresenta crescimento da participação de governos no período 2011 a 2013, redução em 2014 e 2015 e pequeno aumento em 2016 (36,42% para 36,56%). Nortec apresenta redução nos exercícios 2012, 2014 e 2015 comparado com o exercício anterior e aumento na participação nos exercícios 2013 e 2016 (comparado com o exercício anterior).

A empresa Cremer apresenta redução no exercício 2012 e perfil crescente no período seguinte (2013 a 2016). BR Pharma apresenta queda na participação nos exercícios 2012 e 2014 e aumento nos demais exercícios (2013, 2015, 2016). O perfil da Profarma é crescente no período 2012 a 2014 e decrescente no período seguinte (2015 e 2016).

As empresas BR Pharma e Cremer destinam, em média, valores maiores para empregados do que para governos e as demais empresas destinam, em média, valores maiores para governos.

Após analisar os indicadores da participação de empregados e de governos no valor adicionado, será apresentado abaixo os resultados referente a participação de terceiros e na sequência a participação dos acionistas no valor adicionado.

Pagamento de juros e de alugueis, sendo que alugueis abrange qualquer tipo de remuneração pelo uso de ativos, inclusive intangível (*royalties* e franquias), fazem parte da remuneração de capitais de terceiros (LUCA, 1998).

A tabela 3 apresenta os resultados dos indicadores da participação de terceiros no valor adicionado (P.T.V.A.).

Tabela 3 – P.T.V.A. (em percentual)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média	Desvio padrão
BR Pharma	21,32	27,17	29,92	85,74	196,02	146,62	84,46	72,88
Cremer	25,28	44,23	21,40	23,26	30,78	26,01	28,49	8,33
Dimed	14,36	12,80	13,17	15,46	17,82	16,40	15,00	1,93
Nortec	8,83	7,98	11,09	6,86	10,87	11,87	9,58	1,99
Profarma	8,92	7,55	10,49	16,41	15,36	17,38	12,69	4,21
Raia Drogasil	15,17	16,61	17,90	18,41	15,65	16,00	16,62	1,28

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados superiores a cem (BR Pharma) representam que a empresa pagou valores maiores de juros e aluguéis do que adicionou à sua riqueza. A redução no VAT deve-se ao fato da mesma ter contabilizado prejuízo nos exercícios reduzindo a participação percentual de acionistas e elevando a participação de empregados no período de 2014 a 2016.

As empresas BR Pharma, Dimed, Profarma e Raia Drogasil apresentam perfil crescente da participação de terceiros no período de 2012 a 2014 e a empresa Cremer tem perfil crescente no período 2013 a 2015. Nortec apresenta oscilação, aumentando a participação em um exercício e reduzindo no exercício seguinte.

A empresa BR Pharma apresenta perfil crescente no período 2011 a 2015, reduzindo a participação de terceiros no exercício 2016, exercício em que reduziu o pagamento de juros e despesas financeiras.

Excetuando a empresa BR Pharma, as demais empresas têm menor oscilação entre os exercícios analisados, com Cremer destinando o maior percentual (28,49% em média) e Nortec obtendo o menor valor no indicador analisado (9,58% em média), sendo ambas do ramo industrial.

Ao calcular a média dos resultados por ramos de atividade, obteve-se 19,04% de participação de terceiros na área industrial e 32,19% de participação desse elemento na área comercial demonstrando dessa forma que o setor industrial tem menor dependência de terceiros para manutenção de seu capital. O desempenho do setor comercial foi afetado pela empresa BR Pharma que destinou percentual elevado do VAT para juros e aluguéis principalmente no período final da amostra (2014 a 2016).

O último indicador analisado será da participação de acionistas no valor adicionado. Para Santos (2003), esse indicador demonstra a evolução e a tendência da distribuição da riqueza aos portadores de suas quotas ou ações, podendo, em certas situações, substituir a tradicional forma de medir os resultados, ou seja, substituir a rentabilidade.

A tabela 4 apresenta os resultados dos indicadores da participação de acionistas no valor adicionado (P.A.V.A.).

Tabela 4 – P.A.V.A. (em percentual)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média	Desvio padrão
BR Pharma	2,17	0,43	-21,64	-168,06	-256,98	-285,65	-121,62	132,37
Cremer	10,98	-5,02	18,13	12,67	8,56	2,54	7,98	8,16
Dimed	12,55	12,61	12,66	10,32	8,70	8,82	10,94	1,91
Nortec	35,14	29,06	29,40	28,09	34,02	24,05	29,96	4,07
Profarma	6,74	9,22	2,85	-7,57	-2,87	-5,11	0,54	6,76
Raia Drogasil	8,54	6,55	5,65	10,33	11,52	11,77	9,06	2,58

Fonte: Elaborado pelo autor

Este é o indicador com a maior oscilação entre as empresas, uma vez que, apresentando a distribuição para capitais próprios, aqui estará o elemento da distribuição responsável por compensar as perdas e prejuízos do exercício, demonstrando o nível de dependência do capital de acionistas para a manutenção da empresa (SANTOS, 2003).

Em todos os casos em que o resultado do indicador é negativo as empresas contabilizaram prejuízo em seus exercícios. Nos exercícios citados, o nível de dependência do capital de acionistas é alto, uma vez que foram eles os responsáveis por suportar a carga da empresa, seja através da redução de capital próprio ou da retenção de parcelas do valor adicionado para Lucros Retidos.

As empresas BR Pharma, Cremer e Dimed apresentam redução da participação de terceiros no período 2013 a 2016, Nortec e Profarma apresenta redução no período de 2012 a 2014, aumentando a participação em 2015 e voltando a reduzir em 2016. A empresa Raia Drogasil apresenta perfil decrescente no período 2011 a 2013 e perfil crescente no período seguinte.

Calculando as médias por setor de atuação, obteve-se uma média de 18,97% do setor industrial e -25,27% do setor comercial, sendo que a empresa com maior participação de acionistas é a Nortec (média 29,96%) e a maior dependência do capital de acionistas é da BR Pharma (média -121,62%). A média do setor comercial foi impactada pelo desempenho da BR Pharma que obteve resultados negativos no período final da amostra (2013 a 2016), uma vez que contabilizou prejuízo nesses exercícios.

Comparando a participação de terceiros e de acionistas no valor adicionado, apenas a Nortec tem, na média, maior participação de acionistas do que de terceiros na distribuição de suas riquezas, sendo que a Nortec se destaca ainda como a empresa com a maior média de destinação para acionistas.

Excetuando a Nortec, que tem menor distribuição para terceiros, as demais empresas apresentam menor distribuição para acionistas e a maior parcela da distribuição se dá para governos nas empresas Dimed, Nortec, Profarma e Raia Drogasil. Cremer e BR Pharma distribuem maior parcela para empregados.

Na sequência serão analisados os resultados dos indicadores comparando o perfil da distribuição da riqueza em cada empresa, bem como o seu comportamento quando comparado às demais empresas da amostra, buscando justificar e interpretar as oscilações e os aspectos relevantes com base nos dados disponíveis no site da B3.

A tabela 5 apresenta o resultado dos indicadores de todas as empresas da amostra, separando-as por setor de atividade.

Tabela 5 – Resultados dos indicadores por empresa (em percentual)

Indicador	Exercício social						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
	Indústria						
Cremer							
P.E.V.A.	41,48	84,32	41,27	37,17	33,30	28,60	44,36
P.G.V.A.	22,26	-23,52	19,20	26,90	27,35	42,85	19,17
P.T.V.A.	25,28	44,23	21,40	23,26	30,78	26,01	28,49
P.A.V.A.	10,98	-5,02	18,13	12,67	8,56	2,54	7,98
Nortec							
P.E.V.A.	20,23	28,88	23,53	29,51	25,04	31,46	26,44
P.G.V.A.	35,80	34,08	35,97	35,55	30,06	32,61	34,01
P.T.V.A.	8,83	7,98	11,09	6,86	10,87	11,87	9,58
P.A.V.A.	35,14	29,06	29,40	28,09	34,02	24,05	29,96
Comércio							
BR Pharma							
P.E.V.A.	45,78	58,63	75,97	175,62	142,31	209,41	117,95
P.G.V.A.	30,73	13,77	15,75	6,71	18,64	29,62	19,20
P.T.V.A.	21,32	27,17	29,92	85,74	196,02	146,62	84,46
P.A.V.A.	2,17	0,43	-21,64	-168,06	-256,98	-285,65	-121,62
Dimed							
P.E.V.A.	36,27	35,63	34,47	36,10	37,07	38,22	36,3
P.G.V.A.	36,82	38,95	39,70	38,12	36,42	36,56	37,8
P.T.V.A.	14,36	12,80	13,17	15,46	17,82	16,40	15,0
P.A.V.A.	12,55	12,61	12,66	10,32	8,70	8,82	10,9
Profarma							
P.E.V.A.	20,36	21,48	19,90	22,67	21,46	27,91	22,30
P.G.V.A.	63,98	61,76	66,76	68,49	66,05	59,82	64,48
P.T.V.A.	8,92	7,55	10,49	16,41	15,36	17,38	12,69
P.A.V.A.	6,74	9,22	2,85	-7,57	-2,87	-5,11	0,54
Raia Drogasil							
P.E.V.A.	34,67	35,78	38,09	36,84	32,48	31,94	34,97
P.G.V.A.	41,62	41,07	38,35	34,41	40,34	40,30	39,35
P.T.V.A.	15,17	16,61	17,90	18,41	15,65	16,00	16,62
P.A.V.A.	8,54	6,55	5,65	10,33	11,52	11,77	9,06

Fonte: Elaborado pelo autor

A empresa BR Pharma distribui a maior parcela de sua riqueza para empregados, exceto em 2015 quando distribuiu a maior parcela para terceiros. A partir do exercício de 2013 a empresa contabilizou prejuízo em todos os exercícios, ocasionando, dessa forma, redução da participação dos acionistas na distribuição da riqueza, participação essa que foi negativa a partir de 2013, ou seja, a dependência do capital dos acionistas aumentou nesse período, uma vez que não houve

distribuição de lucros e houve a necessidade do uso dos lucros retidos para compensar a distribuição aos demais elementos da distribuição da riqueza gerada.

A maior participação de terceiros na BR Pharma a partir de 2014 deve-se ao aumento no pagamento de juros no período, ocasionado principalmente pela elevação nas contas “empréstimos e financiamentos” e “variações cambiais passivas”. A oscilação na participação de governos no exercício 2014 comparado aos demais exercícios deve-se à redução da conta “impostos, taxas e contribuições federais”.

Em relação a empresa Cremer, apenas no exercício 2012 o valor adicionado total foi menor do que o valor adicionado distribuído, sendo que o valor destinado a governos foi negativo devido ao aumento da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no Ativo e a distribuição a acionistas foi negativa por conta do prejuízo contabilizado no exercício social.

No período 2013 a 2016, período com maior retração da economia e queda no PIB, a participação de empregados e acionistas, na distribuição da riqueza da Cremer, apresenta perfil decrescente enquanto governos e terceiros apresentam perfil crescente. A média da participação de acionistas é a menor enquanto a destinação para governos é, na média, a maior dentre os elementos da distribuição da riqueza.

A empresa com a menor oscilação dentro do período da amostra é a Dimed, apresentando perfil decrescente na participação de acionistas e perfil crescente na participação de terceiros, tendo governos e empregados com pequena oscilação, mantendo entre 34,27% e 39,70% de participação no valor adicionado total.

Em 2013, a oscilação na participação de empregados no valor adicionado da empresa Dimed foi motivada pela redução na conta “remuneração direta” e a ampliação na participação de governos deve-se ao aumento na conta “impostos, taxas e contribuições estaduais”. A oscilação para maior da participação de terceiros comparando os exercícios 2013 com 2015 foi motivado pelo aumento de juros e aluguéis no período.

A Nortec apresenta perfil crescente na distribuição da riqueza para terceiros, oscilando entre quedas e elevações do índice ao longo do período, sendo esse o elemento com menor parcela do valor adicionado distribuído. A variação com maior relevância está em 2014, tanto comparada com 2013 quando comparada com 2015, quando a empresa reduziu o pagamento de juros, ficando assim com menor

dependência do capital de terceiros.

Com perfil crescente, a participação dos empregados na distribuição da riqueza da Nortec oscilou apresentando aumento em um exercício e queda no exercício seguinte, sendo que o exercício com maior variação foi em 2016 motivado pelo aumento da remuneração direta de pessoal. A participação do elemento governos na distribuição da riqueza apresenta perfil decrescente com pequena variação entre os exercícios, ficando esse, na média, com a maior participação do valor adicionado.

A Profarma é dentre as empresas da amostra a que apresenta a maior participação para governos (média 64,48%), sendo quase três vezes maior que a participação do segundo agente com maior participação (empregados – média 22,30%). A empresa contabilizou prejuízo nos exercícios 2013, 2014 e 2015 motivados principalmente pela elevação das contas “despesas comerciais e marketing” e “Despesas financeiras”, esse prejuízo resultou em valores negativos na participação de acionistas no valor adicionado no período citado.

No que tange à participação de empregados na Profarma, o exercício com variação mais relevante foi o de 2016, onde a conta “Remuneração direta” aumentou em relação ao exercício anterior. A participação de terceiros e empregados tem perfil levemente crescente e a participação de governos mantém-se estável ao longo do período da amostra, embora apresente queda em 2016 motivada principalmente pela redução de impostos, taxas e contribuições estaduais.

Embora apresente perfil crescente na distribuição, a empresa Raia Drogasil distribui em média 9,06% do VAT para acionistas, esse é o elemento com menor participação na riqueza criada, sendo que a maior oscilação entre os valores encontrados está em 2014 comparado com os exercícios anteriores. Essa variação se explica pelo aumento no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no segundo período da amostra, reduzindo assim a participação de empregados.

A participação de terceiros da Raia Drogasil apresenta pequena variação dentro do período, a participação de governos apresenta queda até 2014, aumentando a participação nos exercícios seguintes. A elevação no segundo período foi motivada pelo aumento dos impostos, taxas e contribuições estaduais. A participação de empregados tem perfil crescente no período 2011 a 2013, decrescendo no período seguinte motivado pelo aumento na participação de acionistas no valor adicionado distribuído.

Analisando de forma global a amostra, os dados apresentados demonstram que não há um comportamento uniforme de destinação da riqueza comparado com a evolução do PIB. A figura 1 – Performance do PIB evidencia a queda no PIB nos anos 2012 comparado com 2011 e nos anos 2014, 2015 e 2016 comparados com o ano anterior, porém o perfil do resultado dos indicadores não mantém o mesmo padrão.

A empresa BR Pharma apresenta a maior oscilação no período após 2013 (período com maior queda no PIB), sendo essa variação motivada pelo resultado operacional da empresa que contabilizou prejuízo nestes exercícios. As demais empresas apresentam variações, porém não é possível relacionar diretamente o comportamento da economia brasileira com tais variações.

4.2.2 Compilação da análise

Neste tópico são apresentados os dados relativos ao comportamento do percentual de participação dos agentes quando aplicada a técnica de análise horizontal comparando o Valor Adicionado Total (VAT) de um exercício com o exercício anterior.

A tabela 6 apresenta os resultados da análise horizontal do VAT comparando o ano de 2012 com o ano de 2011 e assim sucessivamente, finalizando com a comparação do ano 2016 com o ano de 2015.

Tabela 6 - Análise horizontal do valor adicionado total

Empresa	2012 para 2011	2013 para 2012	2014 para 2013	2015 para 2014	2016 para 2015
BR Pharma	82,34	1,31	-47,85	-30,19	-34,60
Cremer	-44,34	136,26	15,76	16,07	7,37
Dimed	25,27	18,77	7,79	8,90	15,58
Nortec	14,59	3,13	46,05	39,30	-13,53
Profarma	13,71	45,88	3,39	6,65	29,88
Raia Drogasil	99,11	11,60	19,88	37,65	30,04

Fonte: Elaborado pelo autor

Em apenas cinco casos na amostra houve redução do valor da riqueza gerada em comparação com o ano anterior (Cremer em 2012 comparado com 2011,

Nortec em 2016 comparado com 2015 e BR Pharma nos anos 2014, 2015 e 2016 comparados com o exercício anterior), em todos os outros casos o VAT aumentou em relação ao exercício anterior.

Sendo, portanto, trinta situações analisadas (seis empresas em cinco períodos), a tabela 7 evidencia o comportamento da participação dos quatro agentes cuja riqueza é distribuída, demonstrando separadamente os resultados no período em que houve aumento do VAT e no período em que houve redução do VAT.

Tabela 7 - Performance do conjunto de agentes em relação ao comportamento do VAT

% de participação no VAT comparado com o ano anterior	Com aumento do VAT	Com redução do VAT	Total	%
Empregados e terceiros aumentaram, governos e acionistas reduziram	6	2	8	27%
Governos e terceiros aumentaram, empregados e acionistas reduziram	3	1	4	13%
Terceiros e acionistas aumentaram, empregados e governos reduziram	3		3	10%
Governos e acionistas aumentaram, empregados e terceiros reduziram	3		3	10%
Acionistas reduziram, restante aumentaram	2	1	3	10%
Empregados reduziram, restante aumentaram	2		2	7%
Empregados aumentaram, restante reduziram	2		2	7%
Acionistas aumentaram, restante reduziram	1		1	3%
Governos aumentaram, restante reduziram	1		1	3%
Empregados e acionistas aumentaram, governos e terceiros reduziram	1		1	3%
Terceiros reduziram, restante aumentaram	1		1	3%
Empregados e governos aumentaram, terceiros e acionistas reduziram		1	1	3%
Total de ocorrências	25	5	30	100%

Fonte: Elaborado pelo autor

É possível notar que a situação com o maior número de ocorrências tanto quando houve redução, como quando houve aumento do VAT de um ano para o outro é o aumento na participação de empregados e terceiros e por consequência redução de governos e acionistas na distribuição da riqueza (2 casos quando há redução do VAT e 6 casos quando há aumento).

Cabe destacar ainda que em apenas um caso a participação percentual de acionistas aumentou enquanto os demais elementos reduziram sua participação (Raia Drogasil no exercício 2016 comparado com o exercício 2015). Em outro caso

houve aumento da participação de governos em detrimento à participação dos demais (Cremer em 2016 comparado à 2015). E em dois casos houve aumento apenas dos empregados, reduzindo a participação dos demais (ambos da empresa Nortec, em 2012 comparado à 2011 e em 2014 comparado à 2013). Em nenhum dos casos apresentados, a participação dos terceiros foi a única a aumentar.

O conjunto, aumento da participação de empregados e governos e redução da participação de terceiros e acionistas, ocorreu apenas uma vez e no exercício em que o VAT diminuiu em relação ao ano anterior (BR Pharma em 2016 comparado à 2015).

Calculando os agentes separadamente, a participação de terceiros na riqueza aumentou em vinte casos, sendo o agente que por mais vezes aumentou sua participação em relação ao exercício anterior. A distribuição da riqueza aos acionistas reduziu em 19 casos (reduziu nos cinco casos em que houve redução do VAT), sendo assim, o agente mais afetado no período da amostra. A participação de empregados aumentou em 16 casos e reduziu por 14 vezes. A participação dos governos manteve-se estável, aumentando em 15 casos e reduzindo em outras 15 situações.

O aumento na participação de empregados ou de governos não necessariamente pode ser considerado um fator positivo para a sociedade, uma vez que, tanto a remuneração dos empregados como de governos é uma obrigação da empresa, independentemente da mesma obter lucro ou não, não devendo assim, utilizar-se apenas desse indicador para analisar o benefício da entidade perante a sociedade, deve-se considerar outros fatores, tais como, número de empregados contratados ou demitidos no período, aumentos salariais comparados com a inflação, alterações na carga tributária, diferenças de alíquotas de tributos aplicados aos diferentes setores da economia, entre outros.

A participação de terceiros e acionistas, contudo, está relacionada de forma mais direta ao desempenho da entidade, uma vez que a dependência do capital desses agentes pode evidenciar a situação econômica da empresa, mas não devem servir como único indicador de desempenho. A entidade pode, por exemplo, apresentar um elevado pagamento de aluguéis e isso ser bom para a empresa pois reduz o valor de capital investido em imóveis utilizando esse capital em sua atividade operacional.

A participação de acionistas normalmente é a mais afetada em períodos com

redução do VAT ou quando a entidade contabiliza prejuízo pois este é o elemento responsável por ficar apenas com a sobra da riqueza gerada, ou seja, pagam-se as obrigações com empregados, governos e terceiros e o que sobrar da riqueza gerada é distribuída aos acionistas e se caso não houver saldo, pode ser utilizada a conta de lucros retidos para cobrir as obrigações citadas.

O indicador da participação de acionistas no valor adicionado (P.A.V.A.) pode servir ainda como instrumento de análise da rentabilidade, uma vez que, exercícios com menor participação desse agente corresponde a menor retorno para acionistas do valor investido na empresa. Da mesma forma, o aumento ou redução do VAT não deve ser considerado isoladamente como indicador de desempenho, uma vez que a entidade pode elevar o valor da riqueza gerada, mas ter aumento nos custos com terceiros ou elevação de outra obrigação e dessa forma contabilizar lucro menor ou prejuízo no exercício.

Dessa forma, os indicadores apresentados têm aspecto relevante como instrumento de análise do desempenho social da empresa, mas não devem ser utilizados como único instrumento para a tomada de decisão, assim como nenhuma outra demonstração contábil deve ser analisada isoladamente para a tomada de decisão, é o conjunto de demonstrações contábeis que podem servir de ferramenta para a tomada de decisão.

4.2.3 Proposições

Comparando os resultados dos indicadores com o desempenho do PIB no período da amostra e com o intuito de responder as proposições apresentadas, sendo a primeira delas - em períodos de recessão e queda do Produto Interno Bruto (PIB) existe redução do percentual da riqueza distribuída aos trabalhadores e acionistas - constata-se que não é possível traçar um padrão no comportamento do setor, concluindo-se que a resposta para a primeira análise é parcialmente positiva, pois em alguns casos, como BR Pharma, Profarma, Cremer e Dimed houve redução no percentual de participação de acionistas no período em que o PIB apresentou retração, principalmente após 2013, porém nas demais empresas houve variações positivas. Analisando a distribuição para empregados as oscilações são ainda maiores, sendo que em alguns casos há elevação na participação (Dimed e BR Pharma) e nos demais o perfil da participação é decrescente.

Para a segunda proposição, o agente econômico com menor participação no valor adicionado distribuído é o governo pois o setor tem como um de seus objetivos distribuir medicamentos para o bem-estar e saúde da população, a resposta é negativa pois na maioria das empresas (Nortec, Dimed, Profarma e Raia Drogasil) os governos são o agente com a maior média de participação da riqueza gerada e nas demais empresas (Cremer e BR Pharma) a participação de governos é a segunda menor.

No caso da terceira proposição apresentada - existe similaridade na distribuição do valor adicionado entre as empresas do setor industrial e comercial - a resposta é positiva para o setor comercial e negativa para o setor industrial, uma vez que nas empresas do ramo industrial (Cremer e Nortec) não foram encontrados aspectos similares entre elas, tanto quando comparados os resultados dos indicadores com o PIB, quando comparados os resultados entre as duas empresas. No caso do ramo comercial, há uma similaridade no que tange à ordem de relevância na participação do valor adicionado. As empresas Dimed, Profarma e Raia Drogasil distribuem a maior parcela de sua riqueza para governos, seguido por empregados, depois por terceiros e com a menor participação está a distribuição para acionistas. A empresa BR Pharma também distribui a menor parcela para acionistas, porém a maior parcela fica com empregados, seguido por capital de terceiros e na penúltima posição está a participação de governos.

5 CONCLUSÃO

Dentro do conjunto de demonstrações elaboradas pela Contabilidade está a Demonstração do Valor Adicionado que passou a ser obrigatória para as companhias de capital aberto a partir de 2008 e evidencia a riqueza gerada pela empresa e como essa riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos que contribuíram para a sua geração (empregados, governos, capital de terceiros e acionistas).

Tendo como objetivo geral analisar a distribuição de riquezas das empresas do setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos listadas na B3 com base nas Demonstrações do Valor Adicionado no período de 2011 a 2016 e utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem quantitativa e qualitativa e análise descritiva, foram coletados os dados do site da B3, elaboradas as tabelas separadas por indicador e posteriormente com os dados de todas as empresas da amostra.

Para atingir o objetivo geral foram definidos os objetivos específicos sendo o primeiro deles de elaborar o levantamento bibliográfico relacionado à Demonstração do Valor Adicionado que foi realizado através de livros e artigos científicos. O segundo objetivo específico foi selecionar o grupo de empresas do setor de saúde, segmento medicamentos e outros produtos listadas na B3. Identificou-se nove empresas no segmento sendo que para a análise foram utilizadas seis, pois as empresas Biotoscana Investments S.A. e Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. não possuem dados disponíveis em todo o período e a empresa Biom S.A. encontra-se em fase de constituição afetando a comparabilidade dos resultados da amostra.

Dando continuidade ao estudo no terceiro objetivo específico realizou-se o levantamento dos dados referente ao valor adicionado no período proposto. Após a seleção dos dados procedeu-se no penúltimo objetivo específico os cálculos para identificar a performance das destinações para cada elemento. Como último objetivo específico buscou-se apresentar indicadores que possibilitem a análise e identificação de possíveis semelhanças e/ou diferenças existentes entre as empresas levando-se em consideração a distribuição do valor adicionado. Para esse último objetivo específico buscou-se dados da performance do PIB no período da amostra.

As empresas objeto de estudo desta pesquisa possuem variações significativas na distribuição aos agentes econômicos que compõe o valor adicionado, tais oscilações ocorrem tanto quando comparadas ano a ano quando comparadas com as demais empresas da amostra.

Em relação à participação de empregados no valor adicionado o exercício social de 2011, foi na média, o ano com menor destinação (33,13%), sendo que é o ano com o melhor resultado do PIB (alta de 4%), enquanto o exercício de 2016 obteve a maior destinação para esse agente econômico com 61,26% de participação média, porém 2016 não foi o ano com a menor queda do PIB demonstrando que não há relação direta entre aumento do PIB e participação de empregados no valor adicionado. Comparando as empresas da amostra, destaque para BR Pharma que possui a maior média de destinação para empregados distribuindo 117,95% de sua riqueza, enquanto Profarma destinou 22,3% de sua riqueza para a remuneração de pessoal, ficando com a menor média.

O segundo indicador utilizado foi a participação de governos no valor adicionado que apresentou como resultado o exercício 2012 com a menor média de destinação com 27,68% e o exercício 2016 obteve o maior percentual de participação com 40,29%. Os resultados demonstram que não há relação com o PIB pois tanto em 2012 quanto em 2016 houve queda do PIB brasileiro. Dentre as empresas do estudo, BR Pharma e Cremer destinaram percentuais aproximados de sua riqueza (19,20% e 19,17% respectivamente) ficando com as menores médias. A maior média de distribuição no período da amostra ficou com a Profarma destinando 64,48% da riqueza gerada para governos.

O ano de 2011 apresenta a menor média de destinação para capitais de terceiros com 15,65% e em 2015 a maior média com 47,75% sendo que o resultado de 2015 foi impactado pelo aumento da destinação para terceiros da empresa BR Pharma ocasionado pela elevação nas contas “empréstimos e financiamentos” e “variações cambiais passivas”. A empresa com a maior média de participação de terceiros é a BR Pharma com 84,46% e a menor média pertence a Nortec com 9,58%. Esses dados demonstram que a empresa BR Pharma possui a maior dependência de capitais de terceiros, como juros e aluguéis, dentre as empresas da amostra, sendo que essa dependência foi motivada pelo resultado contábil no período após 2013 que apresentou prejuízo.

O último indicador utilizado, participação de acionistas no valor adicionado,

apresenta o ano de 2011 com a maior média (12,69%) e o ano 2016 com média negativa de 40,60%, sendo que esse resultado, assim como a participação de terceiros, foi impactado pelo resultado da BR Pharma que apresentou prejuízo no exercício, aumentando assim, a dependência dos acionistas da entidade para cobrir as obrigações com os demais elementos da distribuição do valor adicionado.

Analisando as empresas individualmente percebe-se que quando a empresa BR Pharma apresenta prejuízo, como nos exercícios 2013 a 2016, há oscilação em todos os indicadores, sendo que o percentual de participação de empregados, governos e capital de terceiros aumenta e o percentual de participação de acionistas é negativa pois não há destinação para esse agente econômico e há redução dos lucros acumulados para cobrir as demais obrigações. No caso da Profarma, quando há prejuízo, como nos exercícios 2014 a 2016, há menor oscilação no percentual de participação de empregados, governos e capital de terceiros, ficando a participação de acionistas negativa, porém com menor variação do que a encontrada na BR Pharma.

Nas empresas Nortec, Dimed, Cremer e Raia Drogasil encontramos menores oscilações nos resultados apresentados, sendo que a Cremer apresenta resultado negativo no exercício 2012 pois contabilizou prejuízo influenciado principalmente pela elevação da conta Outras Despesas Operacionais. Esse prejuízo impactou na redução da participação de acionistas e elevação na participação de empregados e capitais de terceiros, o resultado negativo na participação de governos deve-se ao aumento da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no Ativo.

A empresa Nortec apresenta a maior média de destinação para governos com 34,01%, seguida pelos acionistas com 29,96%, na sequência os empregados com 26,44% e por último os capitais de terceiros com 9,58%. No caso da empresa Dimed, o destaque é a participação para governos, com média de 37,76%, seguido por empregados com 36,29%, capital de terceiros com 15% e por último a participação de acionistas com 10,94%. A Raia Drogasil destinou o maior percentual médio para governos com 39,35%, seguido por empregados com 34,97%, terceiros com 16,62% e acionistas com 9,06%.

Constatou-se que as empresas da amostra não possuem um perfil padrão na distribuição da riqueza gerada, não ocorrendo relação direta entre os dados do PIB e as oscilações nos resultados em todos os indicadores calculados. Apenas as

empresas BR Pharma e Profarma apresentaram prejuízo no mesmo período em que houve queda no PIB e esse prejuízo impactou na redução da participação dos acionistas no valor adicionado total.

O estudo evidenciou que a situação com o maior número de ocorrências é o aumento da participação de terceiros (vinte ocorrências) quando comparado o resultado de um exercício com o exercício anterior (utilizando-se do método de análise horizontal). A participação de empregados aumentou em dezesseis dos trinta casos estudados e governos manteve-se estável, aumentando em quinze casos e reduzindo a participação em outros quinze. A participação de acionistas obteve o menor número de aumentos, ocorrendo em onze casos, sendo que em todos os períodos onde o valor adicionado total reduziu, a participação de acionistas também reduziu.

Segregando as empresas por setor de atuação, setor comercial e industrial, o estudo evidenciou que há variações. No caso das empresas do setor industrial (Cremer e Nortec), há oscilações nos resultados não sendo possível relacionar o desempenho do PIB com o perfil de participação dos agentes econômicos no valor adicionado a distribuir, nem mesmo os agentes com maior média de participação são similares, no caso da Cremer empregados e terceiros tem a maior participação (média de 44,36% e 28,49% respectivamente) e no caso da Nortec são os governos e os acionistas que possuem a maior participação média (34,01% e 29,96% respectivamente).

Contudo, no caso das empresas do setor comercial (BR Pharma, Dimed, Profarma, Raia Drogasil) também não é possível relacionar o desempenho dos indicadores com o PIB, porém há um comportamento similar na distribuição aos agentes que compõe o valor adicionado distribuído. As quatro empresas distribuem a menor média percentual para acionistas, sendo que as empresas Dimed, Profarma e Raia Drogasil distribuem a maior média percentual de sua riqueza para governos, seguidos por empregados e na sequencia terceiros, enquanto BR Pharma desvirtua do padrão distribuindo maior média para empregados, seguido de terceiros e na sequencia governos.

O estudo realizado nos possibilitou identificar algumas informações no que se refere à distribuição do valor adicionado, demonstrando que embora as empresas se enquadrem no mesmo segmento econômico, elas não se comportam da mesma forma. O estudo demonstrou ainda que não há relação direta no desempenho das

empresas comparados com a performance do PIB no mesmo período.

A falta de divulgação de dados de empregados no início e no final de cada período (informação que poderia ampliar a análise sobre o percentual destinado a esse agente econômico), bem como a falta de informações sobre as diferenças de tributação entre as empresas foram as limitações encontradas ao estudo.

A elaboração e divulgação da DVA pode ser a oportunidade que a Contabilidade tem para mostrar seu aspecto social, ampliando dessa forma o seu papel até então conhecido de divulgar apenas informações econômicas e financeiras. Os futuros estudos acadêmicos podem ampliar o assunto, analisando outros setores da economia comparando as empresas entre si ou ainda compará-las com empresas de outros países, identificando o retorno social atribuído ao setor ou empresa estudado.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Emerson Clayton; SOUZA, Luciana Silva; SOUZA, Romina Batista Lucena; MARQUES, Antônio Oliveira; MAGALHÃES, Kelly Sindeaux. Análise da evolução dos indicadores do balanço social do sistema Eletrobrás de 2006 a 2008. **Revista de Administração de Roraima - Rarr**, Boa Vista, v. 2, n. 1, p.22-40, 15 jul. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18227/rarr.v2i1.769>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000146>>. Acesso em: 15 maio 2017.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p.

BR PHARMA. Disponível em: <http://brasilpharma.com.br/site/pt/sobre/nossa-historia/>. Acesso em 06 set. 2017.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL, Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 02 abr. 2017.

CHAGAS, Rogério Rocha das; MACHADO, Julio Henrique. Geração e distribuição de valor adicionado no setor de papel e celulose. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, São Sebastião do Paraíso, v. 2, n. 2, p.70-84, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.libertas.edu.br/revistas/index.php/riclibertas/article/view/29>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

CREMER. Disponível em: <http://www.cremer.com.br/ri/>. Acesso em 06 set. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09: Demonstração do valor adicionado (DVA)**. Brasília: CPC, 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **CPC 03: Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Brasília: CPC, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. **CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 37, p.7-23, abr. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1519-70772005000100001>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

CVM. Disponível em: www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html. Acesso em 27 jun. 2017.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DIMED. Disponível em: <http://www.grupodimed.com.br/sobre-o-grupo>. Acesso em 06 set. 2017.

DUARTE, Allan Coelho; RESENDE, Caio Cordeiro de; MURAHOVSKI, Denis; VASCONCELOS, Flávio Palhano de Jesus. **Análise da Indústria Farmacêutica – Perspectivas e Desafios**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, outubro/2015 (Texto para Discussão nº 183). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 17 de maio de 2017

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088351>>. Acesso em: 21 maio 2017.

FERREIRA, Jussara Suzi Assis Borges Nasser. **Função social e função ética da empresa**. Revista Jurídica da UniFil, p. 67, 2006. Disponível em: <http://www.unifil.br/>. Acesso em: 25 abril 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

IBGE. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>. Acesso 23 set. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 38, p.7-19, ago. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772005000200002>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 162 p.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998. 104 p.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing**: Uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788540700628>>. Acesso em 10 ago. 2017.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade Empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 291 p.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497591>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sergio de. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477289>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003. 459 p.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 6.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2005. 2 v.

NAGAI, Cristiane. **A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de transparência nas entidades do terceiro setor**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03122012-153633/en.php>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26**: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **NBC TG 03**: Demonstração dos Fluxos de Caixa. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

NORTEC. Disponível em: <http://www.nortecquimica.com.br/historico.html>. Acesso em 06 set. 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica**: Contabilidade Introdutória e Intermediária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522489558>>. Acesso em: 21 maio 2017.

PROFARMA. Disponível em: <https://www.profarma.com.br/pt/grupo-profarma#institucional>. Acesso em 10 set. 2017.

RAIA DROGASIL. Disponível em: <http://www.rd.com.br/show.aspx?idMateria=KiU0IP9fsmVHzq980oSIRA==>. Acesso em 10 set. 2017.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações contábeis: Estrutura e análise.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502621886>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

SANTOS, Ariovaldo dos; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; LUCCA, Marcia Martins Mendes de; RIBEIRO, Maísa de Souza. A economia das empresas nos governos FHC e Lula: uma análise a partir da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 5, n. 1, p.47-64, 15 maio 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v5i1.27758>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA.** São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; SILVA, Érica Gomes Rocha da. Análise das demonstrações de resultado abrangente após a implementação do IFRS no Brasil. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p.105-131, 30 jan. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19094/584>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SILVA, Cristiano Moreira; DRUMOND, Fátima Maria Penido; SILVA, José Ronaldo da; PEREIRA, Victor Hugo; FREITAS, Sabino Joaquim de Paula. Demonstração do valor adicionado: análise da variação do coeficiente de correlação do PIB brasileiro e do valor adicionado da Petrobras em função das perdas por corrupção no exercício de 2014. **Revista do Instituto de Ciências Econômicas**, Rio Grande, v. 20, n. 1, p.57-68, 01 mai. 2016. Disponível em: <<https://doaj.org/article/9343207826cd4075bab36fa747497337>>. Acesso em: 20 set. 2017.

VIEIRA, Maria das Graças. **A ética na profissão contábil.** São Paulo: Thomson, 2006. 124 p.